

O IMPERADOR REPUBLICANO

*Uma concisa e reveladora biografia
de dom Pedro II*

GUY GAUTHIER

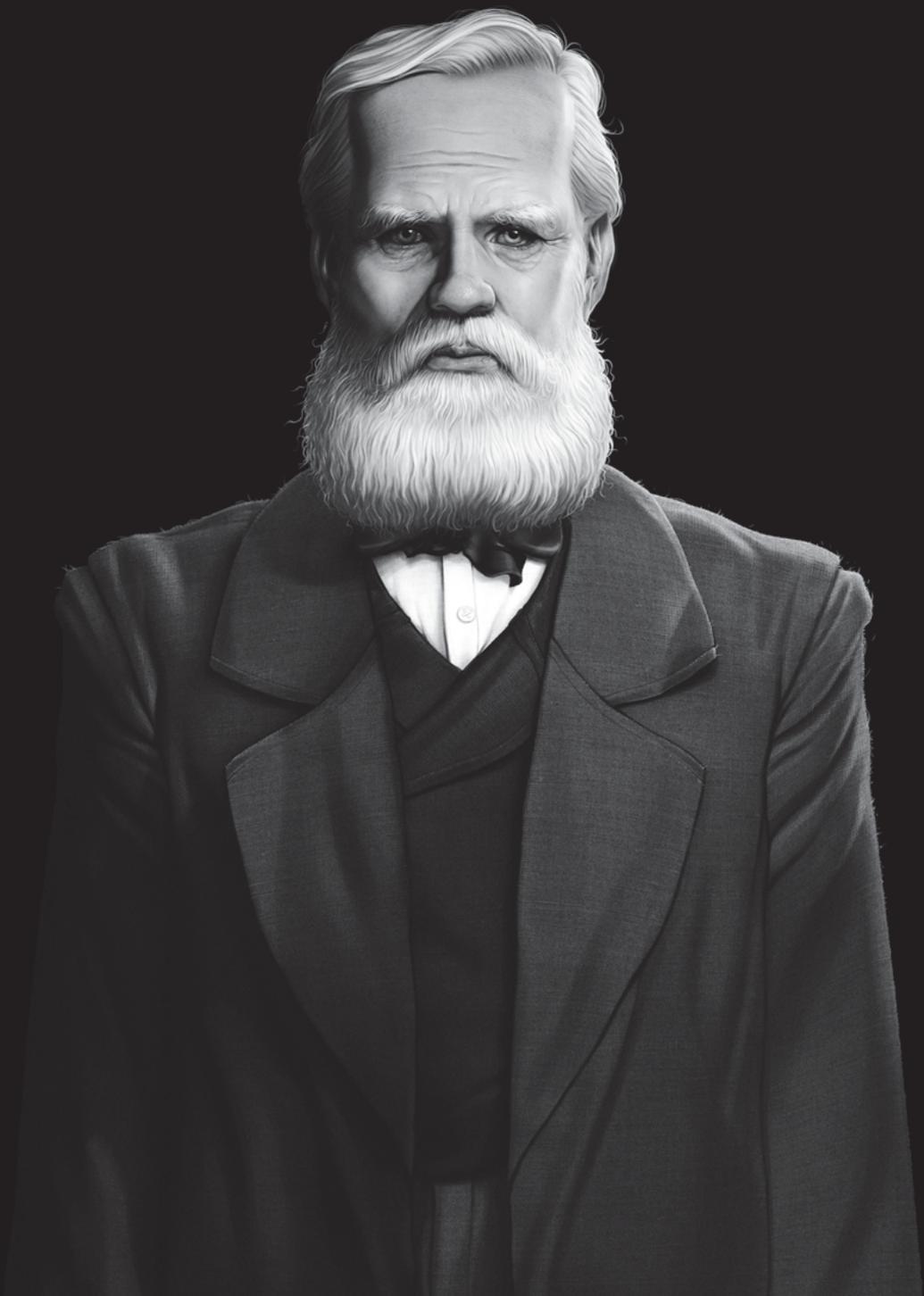
mqnr

G U Y G A U T H I E R

O IMPERADOR REPUBLICANO

*Uma concisa e reveladora biografia
de dom Pedro II*

maquinaria
EDITORIAL





Esta obra é dedicada ao doutor François-Xavier Gandar, médico na cidade de Saumur e humanista que, há 23 anos, é um dos meus leitores mais fiéis e assíduos.

S U M Á R I O

- 13** Carta à edição brasileira
- 15** Agradecimentos
- 19** O fim do colonialismo português
- 29** O Império do Brasil e o Primeiro Reinado
- 59** A transição perigosa
- 79** O advento do Segundo Reinado
- 93** O imperioso dever dinástico
- 103** Os primeiros anos do Reinado
- 115** O impulso do progresso
- 131** O Poder Moderador frente às turbulências políticas
- 141** A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança
- 157** O impacto da guerra no Império
- 165** Escravidão, uma ferida não cicatrizada do Brasil imperial
- 173** O monarca viajante

187	O imperador e o papa
199	A segunda viagem ao exterior do “neto de Marco Aurélio”
221	Retorno ao país e as primeiras dúvidas sobre o futuro
231	Os últimos estertores do Brasil imperial
243	A debilidade do imperador e a viagem por ordem médica
253	D. Isabel, a Redentora
261	O crepúsculo de um império
275	Uma revolução republicana muito estranha
301	Exílio e morte do imperador
315	Destinos cruzados
325	<i>Post-scriptum</i>
329	Bibliografia

“Durante quarenta anos, o Brasil, pacificado no interior, fez grandes esforços, sob a direção do imperador d. Pedro II, para difundir a educação, elevar o nível do ensino, desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, bem como aproveitar as riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, estabelecimento de linhas de navegação e concessão de favores aos imigrantes. Os resultados obtidos desde o final desse período revolucionário são já consideráveis: em nenhum outro lugar das Américas, exceto nos Estados Unidos e Canadá, o progresso foi mais firme e mais rápido.”

Le Brésil en 1889 (O Brasil em 1889)

FREDERICO JOSÉ DE SANTA-ANNA NERY

CARTA À EDIÇÃO BRASILEIRA

Caros leitores brasileiros,
É uma grande honra para mim a publicação em seu magnífico país desta biografia do imperador dom Pedro II, a qual, em 2018, permitiu aos franceses recordar este homem de coração e mente, este cientista amante da literatura e da música e grande político que também amava a França.

Herdeiro da dinastia portuguesa, d. Pedro II também tinha descendência francesa, sendo sobrinho de Maria Luísa, imperatriz da França e duquesa de Parma, e, portanto, primo de Aiglou, filho de Napoleão. Estes laços dinásticos com a França foram ainda mais fortalecidos quando sua irmã Francisca se casou com o príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe I, e sua própria filha Isabel se casou com Gastão de Orléans, conde d'Eu, neto do rei da França.

Mas d. Pedro II não dava importância à sua hereditariedade monárquica, porque considerava – como seu pai, d. Pedro I – que o sangue dos homens é o mesmo, seja branco, negro ou indígena. Com este espírito, foi o promotor de uma política de emancipação de todos os cidadãos do Brasil, independentemente de sua origem social ou étnica. Conseguiu isto através de um enorme investimento educacional, criando no país escolas primárias, secundárias e superiores. Como um novo Carlos Magno, d. Pedro II ia pessoalmente às escolas ver se a educação estava progredindo, pois acreditava que, sem educação de qualidade, não há cidadãos livres. Ao seu lado, com discrição e dedicação, sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, foi uma mãe amorosa para este caloroso povo brasileiro, que, por seu caráter e sua paixão, a fazia lembrar seu país de origem, o sul da Itália.

D. Pedro II foi um homem universal, com amizades internacionais. Admirador do presidente Lincoln e de Charles Darwin, assim como de Richard Wagner, Alessandro Manzoni e Heinrich Schliemann, ele foi, acima de tudo, próximo de todos os escritores e estudiosos franceses de sua época. Ajudou financeiramente o poeta Lamartine e o químico Louis Pasteur e incentivou engenheiros, cientistas e pesquisadores franceses a vir ao Brasil contribuir para a modernização do país. Membro do Instituto Francês e frequentador da Sorbonne, ele costumava dizer: “O Brasil é o país do meu coração e a França, o da minha inteligência”.

Foi em Paris, no hotel Bedford, perto da igreja Madeleine, que d. Pedro II morreu, em dezembro de 1891. Grata a este fiel amigo e parisiense de coração, a França republicana organizou, em sua homenagem, um grandioso funeral que recordou o de Victor Hugo, seis anos antes, seu companheiro na luta contra a escravidão.

A imprensa francesa escreveu que d. Pedro II foi o “último monarca esclarecido do Iluminismo”. Também podemos dizer, como Lamartine, que ele foi o único monarca que, no século XIX, conseguiu a síntese da monarquia e dos princípios republicanos.

Foi Joaquim Nabuco quem, sem dúvida, melhor refletiu a emoção que sua morte provocou em nosso país: “Hoje, o coração do Brasil bate no peito da França”.

Que a memória de d. Pedro II, símbolo secular da amizade franco-brasileira, mantenha e fortaleça ainda mais este espírito de liberdade, fraternidade e cooperação que une nossas duas nações.

GUY GAUTHIER

Março de 2021

A TRANSIÇÃO PERIGOSA

A Regência do Brasil foi um período conturbado.

– *Pierre Chaunu*¹

A REGÊNCIA E A TUTELA IMPERIAL

Mantidas as devidas proporções, a situação dinástica do Brasil em 1831 era semelhante à da França na época da morte do rei Luís XIV: uma criança órfã no trono, um tutor ambicioso que desperta desconfiança, um exército em expectativa, uma burguesia ansiosa por poder e um povo a quem nada se pede, exceto a aceitação de sua servidão.

D. Pedro II, aos cinco anos e meio, tornou-se o segundo imperador do Brasil independente. Por que ele, que era um dos filhos mais novos de d. Pedro I e d. Leopoldina? Pela estrita aplicação das medidas que d. Pedro I havia estabelecido, que fixavam a ordem de sucessão da coroa brasileira: “A coroa imperial do Brasil é transmitida na descendência do soberano por primogenitura, com preferência para os homens, sendo a linha anterior preferida à linha posterior; na mesma linha, do grau mais próximo ao mais distante; na igualdade de grau, de meninos a meninas; se do mesmo sexo, do filho mais velho para o mais novo”². Essa regra é a mesma que regia a transmissão dinástica da coroa portuguesa, que só excluía as mulheres do trono se houvesse um irmão.

Assim, d. Pedro II era o herdeiro legítimo do trono do Brasil... como também poderia tê-lo sido do trono de Portugal.

Mas sabemos que d. Pedro I optou pela primeira solução, considerando que sua filha mais velha, d. Maria, seria mais bem-aceita pelos

portugueses, uma vez que já existira em Lisboa uma d. Maria I, sua própria ancestral. Por outro lado, o Brasil, uma nação jovem e menos refinada que Portugal ou, dito de forma mais suave, pouco sensível às sutis sucessões dinásticas da Velha Europa, teria se chocado com a presença de uma mulher no trono.

A esse respeito, observe-se que, apesar das belas ideias liberais professadas por todos os libertadores sul-americanos, a questão da emancipação das mulheres e sua igualdade com os homens não era mais levada em conta nos países descolonizados do que havia sido durante a Revolução Francesa. Assim como na Europa conservadora, as mulheres eram exaltadas apenas como companheiras do herói masculino. Foi o que aconteceu, como se sabe, com a grande Manuela Sáenz, viúva de Simón Bolívar, que não exerceu nenhum papel político durante a vida do libertador, nem após sua morte. O posto de inspiradora do herói, guardiã da memória, heroína da independência ou, melhor ainda, “*Libertadora del Libertador*”, como Bolívar carinhosamente a chamava³, já parecia nobre o suficiente a esses cavalheiros para se acrescentar alguma coisa. O que é bastante surpreendente, mas não impossível (afinal, “não há paradoxo na História”, como dizia François Mitterrand), é que todos os libertadores sul-americanos, razoavelmente “iluminados” no nível político, compartilhavam o sexismo do príncipe e diplomata austríaco de Metternich, grão-mestre da reação na Europa, que ousou escrever sobre a ascensão de Isabel II ao trono da Espanha graças à abolição da lei sálica por seu pai Fernando VII: “O governo das mulheres permanecerá entregue a tudo o que é mais previsível e detestável”⁴.

Em virtude da Carta de 1824, a maioria do herdeiro do trono brasileiro foi fixada em dezoito anos. Em 1831, estando d. Pedro II muito longe dessa perspectiva, era necessário cuidar do mais urgente: a nomeação de um regente. Na monarquia brasileira, apenas um príncipe ou princesa com 25 anos ou mais poderia exercer essa função. No entanto, naquela época, nenhum membro da família imperial, reduzida à sua expressão mais

simples, preenchia essa condição. Assim, d. Pedro I deixou ao Senado e à Câmara dos Deputados a responsabilidade pela escolha definitiva.

Louvável decisão democrática, se não tivesse sido tomada por um monarca a quem às vezes acusavam de despotismo. Sob o choque da abdicação do imperador, o Senado e a Câmara concordaram em confiar o pesado fardo da regência não a um único homem, mas a três, sem dúvida por prudência: foi a Regência Trina, um triunvirato de senadores composto pelo general Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos.

Constitucionalmente, as coisas estavam perfeitamente encaixadas. Contudo, antes de sua partida para o exílio, d. Pedro I, agindo dessa vez como pai e não como monarca, já havia designado três tutores para o jovem imperador e suas irmãs, as princesas d. Januária e d. Francisca. Eram eles José Bonifácio de Andrade e Silva, Mariana de Verna e o negro Rafael.

José Bonifácio havia sido o mentor de d. Pedro e seu companheiro de viagem na época da Independência, depois tornou-se um oponente irreductível durante seu reinado até, finalmente, reconciliar-se com ele. Reconciliação selada por essas palavras do imperador em relação ao amigo: “É um cidadão honrado e patriota, um verdadeiro amigo”. É verdade que, apesar de suas discussões sobre o papel do Executivo ou sobre as prerrogativas imperiais, os dois homens compartilhavam duas ideias fundamentais sobre o futuro do Brasil: centralização administrativa e abolição da escravidão. José Bonifácio também era um cientista de reputação internacional, e este foi, sem dúvida, um trunfo para ele nessa função de “tutor” ou “guardião” das crianças imperiais. Naturalista por formação, interessava-se por tudo: política, ciência, literatura, administração, obras públicas. Havia lecionado na Universidade de Coimbra, em Portugal — uma cátedra de metalurgia fora criada especialmente para ele e abrangia todos os campos, desde mineração até fundições —, e havia se tornado secretário permanente da Academia Real de Lisboa. Embora nascido

no Brasil, assumiu como obrigação combater os exércitos napoleônicos que invadiram Portugal, ocasião na qual foi promovido a major. Ele era, portanto, ao mesmo tempo erudito e homem de ação, mistura perfeita para a educação de um jovem monarca.

A escolha dos outros tutores foi mais surpreendente, embora, de certa forma, correspondesse bastante à personalidade emocional e fantasiosa de d. Pedro I. Na verdade, confiar a tutoria de seus filhos à governanta Mariana de Verna – a quem o jovem príncipe Pedro considerava sua mãe desde a morte da imperatriz, d. Leopoldina – era compreensivo e comovente, mas ousado se considerarmos que a governanta não apreciava em nada o caráter arrogante e rude de José Bonifácio. No entanto, além de uma malícia de d. Pedro I ou de um desejo de limitar o autoritarismo de seu velho amigo, há outra explicação, descoberta na carta de despedida da imperatriz d. Amélia ao pequeno imperador. Nessa carta, a imperatriz também se dirigiu a todas as mães brasileiras: “Mães brasileiras, eu vos confio este preciosíssimo penhor da felicidade de vosso país e de vosso povo: ei-lo tão belo e puro como o primogênito de Eva no Paraíso. Eu vo-lo entrego: agora sinto minhas lágrimas correrem com menor amargura”³. Mariana de Verna, portanto, representava para o jovem imperador todas as mulheres do Brasil, que cuidavam dele como as boas fadas das lendas antigas.

Mas d. Pedro I não parou por aí e nomeou como terceiro tutor um homem que, desde então, se tornou um herói lendário para a nação brasileira e para a comunidade afro-americana em particular: o negro Rafael. Empregado no palácio imperial de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, Rafael era o criado e o homem de confiança de d. Pedro, que o acompanhava em todos os lugares, inclusive na linha de frente durante os conflitos. O imperador havia observado quão atento e leal esse homem era às necessidades do príncipe imperial e como se esforçava para distrair a criança de mil maneiras para romper sua solidão. Assim, essa escolha, que

deve ter parecido completamente absurda para a alta sociedade brasileira, era perfeitamente compreensível, pois d. Pedro I, que havia negligenciado e maltratado sua primeira esposa, percebera no último momento que também era um pai muito ausente para um filho já privado de sua mãe.

Se pensarmos bem, essa eclética equipe de tutores talvez tivesse para d. Pedro I um significado profundo e simbólico. No contexto brasileiro da época, o político, a governanta e o negro alforriado representavam três categorias muito distintas da sociedade e, devido à sua diversidade, podiam levar ao jovem imperador o conhecimento, a disciplina, a doçura do lar e a amizade devota e fiel. Acrescente-se a isso a ausência de qualquer prevenção social ou racial, o que será um marcador determinante do reinado de d. Pedro II.

Os tutores dispunham de um trunfo importante para o sucesso na missão que d. Pedro I lhes havia confiado, e esse trunfo era o próprio jovem imperador. D. Pedro II foi uma criança bem-comportada e solitária, muito reflexiva para sua idade, órfão de mãe desde o primeiro ano de idade e, apesar do óbvio amor paterno, com um pai distante por conta das dificuldades conjugais, das aventuras amorosas e dos obstáculos políticos que encontrava. Foi mimado por suas amas e sua governanta, cujo carinho compensava as carências familiares.

É verdade que o pequeno príncipe só podia despertar a simpatia de todos que se aproximavam dele. Em função, é claro, da morte prematura de sua mãe, bem como da dor que o drama conjugal causava a essa infeliz imperatriz, que o menino instintivamente deve ter percebido, mas também pela beleza bastante rara para um príncipe proveniente da família Bragança, cuja galeria de retratos reais, é preciso admitir, não é um exemplo de monarcas ou príncipes atraentes. D. Pedro II era bonito porque não se parecia em nada com um Bragança, menos ainda com o pai, um latino de cabelos pretos, com olhos escuros e penetrantes de um aventureiro do Novo Mundo, um caçador de feras e mulheres. D. Pedro II,

como muitos meninos, havia herdado os traços de sua mãe e, portanto, da Áustria e dos Habsburgos. Parecia-se com seu primo Napoleão II, duque de Reichstadt, filho da imperatriz Maria Luísa, ou com seu primo Francisco José da Áustria, filho do arquiduque Francisco Carlos. Louro de pele clara, olhos azuis pálidos, olhar nostálgico, tudo o que era necessário para seduzir as mulheres, mas de uma forma diferente de seu pai. E as primeiras mulheres que o menino seduziu foram as de seu círculo de convivência e, mais ainda, do berçário imperial.

Talvez também por terem herdado de forma rocambolesca uma criança-monarca cheia de charme e já marcada por dramas familiares, os brasileiros, em estado de choque após a abdicação de d. Pedro I, nem pensaram em proclamar a República. No entanto, isso parecia inevitável, uma vez que o sentimento monárquico mal tivera tempo de se enraizar no país. Como explicar esse estranho fenômeno político pelo espírito cavalheiresco dos brasileiros, mais dignos nesse caso do que o dos franceses que, em 1830, haviam espoliado a coroa do jovem duque de Bordeaux em favor do duque de Orleans? Ou era simplesmente medo do futuro? Medo de ver o Brasil se separar, como as repúblicas latino-americanas após a morte de Bolívar, e sucumbir a esse “triunfo da fragmentação”, mencionado por Pierre Chaunu⁶. Um pouco de tudo, sem dúvida, mas principalmente com o choque da abdicação de d. Pedro I, que ninguém realmente esperava.

O SOPRO DA ANARQUIA E O ESPECTRO DA DESINTEGRAÇÃO

Politicamente, o Brasil não ia bem. As disputas pessoais agravavam os debates, e os conservadores legalistas, partidários de d. Pedro I, culpavam os liberais radicais por terem provocado uma crise constitucional, totalmente desnecessária. O *x* da questão é que os conservadores, em sua maioria grandes proprietários de terras ou eleitos pela oligarquia fundiária, se opunham ferozmente à abolição da escravidão defendida

pelo ex-imperador. Já os liberais, em conflito com ele sobre o papel muito dominante do Executivo, compartilhavam suas ideias progressistas sobre a igualdade das raças, a emancipação dos escravos e a neutralidade da Igreja no campo político.

Os Estados, como os peixes, sempre apodrecem pela cabeça. Os acalorados debates na Câmara, a impossibilidade de desenvolver uma política pública coerente e, diga-se claramente, a ausência de liderança na cúpula do Estado, uma vez que os três regentes tinham apenas um papel formal, incentivaram a fermentação social e política nas províncias. Nessa fase, a desordem se desenvolveu, porque o resultado das eleições era quase sistematicamente contestado pelo partido derrotado, que se queixava de fraude.

Os brasileiros então se comportaram como torcedores questionando o resultado de uma partida de futebol, e o faziam menos por sinceridade que pela vontade de lutar contra seus adversários.

De 1831 até praticamente 1845, o Brasil sofreu com revoltas que já não se sabe muito bem se eram federalistas ou separatistas. De qualquer forma, favoreceram a anarquia nas províncias de Pernambuco – que já havia sido destaque em 1824 –, Bahia e Minas Gerais.

Sem dúvida, foi por causa dessa desordem que se espalhou no país que, em junho de 1831, a composição da regência foi modificada. O general Lima e Silva, homem forte da Regência Trina, foi mantido em seu cargo de regente, mas seus outros dois colegas foram substituídos por José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Assim, obtinha-se uma melhor representação territorial do país: o general Lima e Silva era senador do Rio, Costa Carvalho era deputado pela Bahia e Bráulio Muniz, deputado pelo Maranhão.

O general Lima e Silva cuidou de pacificar pela força as províncias em ebulição, onde, à insatisfação com o governo central, somavam-se disputas étnicas entre portugueses e brasileiros. Esse caso é bastante

incompreensível para nossos contemporâneos, mas pode ser explicado por razões sociais, uma vez que os portugueses no Brasil, ainda importantes atores no campo econômico, eram em geral mais ricos que os brasileiros e, também por razões políticas, eram suspeitos de lamentar a época colonial, quando estavam no controle. Infelizmente, a explicação deve ser complementada pelo fato de ter-se desenvolvido no Brasil, a partir da Independência, um verdadeiro racismo antiportuguês que durou muito tempo. Esse foi, em particular, um dos muitos assuntos levantados mais tarde nas reuniões do conde de Gobineau, diplomata da França no Rio de Janeiro no período de 1869 a 1870, com o imperador d. Pedro II. Diante do espanto do diplomata face a esse fenômeno recorrente, o imperador, um tanto desiludido, teve que admitir: “Concordo consigo e espero que isso passe. Mas as raças latinas... No fundo, concordo sobre as raças latinas”⁷.

Essa situação globalmente preocupante explica a criação, em agosto de 1831, da Guarda Nacional do Brasil, uma força armada cujo objetivo era defender a Constituição e a integridade do Império, manter a tranquilidade pública e apoiar as tropas regulares contra todos os inimigos do país, fossem eles internos ou externos. A lealdade do Exército imperial ao governo central, favorecida pelo general legitimista Lima e Silva, apesar do frequente desprezo dos militares pela casta política, e a assistência substancial prestada pela Guarda Nacional na manutenção da ordem trouxeram de volta uma aparência de unidade e possibilitaram o funcionamento quase normal dos serviços públicos, mesmo que isso custasse milhares de vítimas, pois eram de fato pequenas guerras civis que precisavam ser travadas de todos os lados.

Mas não basta a espada para a estabilidade de um Estado, sobretudo de um Estado democrático que pretendia permanecer assim, como era o caso do Brasil, o único país latino-americano na época que respeitava os princípios gerais do Direito, graças à monarquia constitucional. Esse Estado também precisava de regras claras, firmes e consistentes. Pelo Ato Adicional de 1834, a Carta de 1824 foi modificada para fortalecer as estruturas políticas

do país, em particular por proposta dos liberais, em um espírito federalista. As assembleias legislativas provinciais substituíram os Conselhos Gerais puramente consultivos, mas o poder central manteve o controle do executivo das províncias, pois era ele que nomeava os presidentes⁸. Esse início de recuperação também se materializou no ano seguinte com o fim do sistema colegiado de regência, em favor de um único regente eleito por quatro anos, período sem dúvida inspirado no mandato presidencial dos Estados Unidos. Essa última reforma foi relevante, pois a História mostrou que as regências colegiadas nas monarquias, como as presidências colegiadas nas repúblicas, eram fontes de desordem e até de descontinuidade. Para se ter um parâmetro, o reino da Romênia no final da década de 1920 e a República Socialista Federal da Iugoslávia no final da década de 1980 confirmaram dramaticamente esse fato, uma vez que, no primeiro caso, prevaleceu a ditadura e, no segundo, o país explodiu.

Em 7 de abril de 1835, o padre Diogo Feijó, ex-ministro da Justiça e um dos fundadores da Guarda Nacional, foi eleito regente do Império pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Foi o primeiro chefe de Estado eleito no Brasil, representando, é claro, o jovem imperador impedido por sua idade. Feijó era liberal e progressista tanto no campo político, onde defendia uma certa autonomia das províncias e, portanto, uma limitação do poder central, quanto em questões religiosas, em que defendia o fim do celibato dos padres para lutar contra a evolução do concubinato entre os membros do clero. Sobre a questão da escravidão, ele apoiou uma nova ideia: aumentar a imigração estrangeira para que os recém-chegados se tornassem operários agrícolas e substituíssem os negros nos grandes latifúndios.

O novo regente era a favor de conceder uma margem de autonomia às províncias, mas dentro da ordem, o que explica o papel que desempenhou na criação da Guarda Nacional. No entanto, o equilíbrio era instável e logo foi posto à prova. O Brasil, já enfraquecido pelas tensões locais, foi confrontado naquele ano por um novo conflito interno, com a declaração

unilateral de independência da República do Rio Grande do Sul. Foi uma verdadeira guerra civil travada contra o poder central por grandes latifundiários, que consideravam as restrições tributárias e administrativas impostas pelo governo do Rio um obstáculo à expansão econômica da região. Classicamente, era uma briga de ricos e escravagistas que se recusavam a dividir o bolo com os outros. O fato é que essa guerra durou quase dez anos, causou dezenas de milhares de vítimas e foi uma das primeiras aventuras épicas do grande Giuseppe Garibaldi. Ele, que havia se refugiado no Rio de Janeiro para escapar da corte marcial que o condenara à morte por um motim fomentado em Gênova, na Itália, estava em processo de expulsão, visto que o governo brasileiro tinha sido pressionado com queixas do ministro do reino da Sardenha, que não aguentava mais suas provocações. Curiosidade: Garibaldi, em sua total ingenuidade, mas com convicção, lutou por uma república cujos líderes buscavam apenas o lucro pessoal sob o disfarce de slogans humanitários. Assim, em seu espírito jovem e ardentemente revolucionário, o Brasil, por ter um imperador – uma formalidade à época – e especialmente um padre católico como chefe do governo, só poderia ser um país obscurantista e clerical. Entretanto, o padre Feijó era muito liberal, ligado à maçonaria⁹, e não tinha nem mesmo o cheiro da santidade sugerida por Roma¹⁰.

O regente travou uma guerra vigorosa contra a República do Rio Grande do Sul – ou República de Piratini, em homenagem à sua nova “capital”¹¹ –, porque percebeu que o extremismo dos particularismos locais levava diretamente à desintegração do país. Graças a esse conflito, conseguiu criar ao seu redor uma espécie de união sagrada que, como toda união sagrada, durou infelizmente pouco tempo. No Senado, assim como na Câmara, as disputas partidárias recrudesceram, à medida que a guerra se prolongava.

Foi sob a regência de Feijó que se estruturaram os dois blocos que agora deveriam desempenhar um papel importante no Brasil imperial

e democrático: o bloco progressista, que formaria o Partido Liberal, e o bloco regressivo, que se coagou em torno do Partido Conservador. Em termos gerais, os liberais eram a favor da autonomia administrativa das províncias, da monarquia representativa e da abolição da escravidão. Já os conservadores apoiavam um forte poder central, uma monarquia na qual o soberano seria o árbitro ativo da vida política e a manutenção da escravidão, cuja abolição arruinaria os grandes latifúndios e jogaria nas ruas dezenas de milhares de homens livres mas sem recursos.

Em 1837, Feijó ainda não havia conseguido dar um fim à guerra civil do Rio Grande do Sul e era constantemente atacado na Câmara por liberais que o censuravam por sua intransigência, por conservadores que o achavam muito mole e pela hierarquia católica, por suas visões sulfurosas sobre a moralização do clero local ou sobre o ensino primário público que pretendia estabelecer. Sob pretexto de problemas de saúde, renunciou ao cargo após ter designado o seu sucessor: Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda. Em estado de choque, como haviam ficado após a abdicação de d. Pedro I, o Senado e a Câmara legitimaram essa escolha.

A MAIORIDADE DE D. PEDRO II OU O “SALVE-SE QUEM PUDER!” DOS POLÍTICOS

A guerra de secessão no Sul do país e as revoltas esporádicas no Nordeste continuaram ameaçando o Estado brasileiro. Em 1839, a situação piorou repentinamente quando a província de Santa Catarina, ao norte do Rio Grande do Sul, também proclamou sua independência sob o nome de República Juliana¹² e se federou à República de Piratini.

Foi o golpe de misericórdia.

A classe política se viu nua por causa de suas divisões e disputas, sem soluções, sem nenhum homem providencial para salvar o país em perigo e em processo de desintegração.

Temporariamente reconciliados, os políticos do Rio de Janeiro – com exceção de um pequeno grupo de extremistas radicais que sonhava com a República – subitamente se lembraram de que havia um imperador no Brasil. Voltaram-se então para o palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, onde residia o jovem monarca, como se procurassem um tabernáculo que contivesse o Santíssimo Sacramento salvador.

Em 1839, em Pedro II tinha catorze anos. Era um adolescente sério, reservado e solitário. Marcado por provações familiares, era muito maduro para sua idade. Ele havia forjado uma personalidade original, de aparência reservada e tímida, mas, no fundo, já firme de seus princípios.

A educação que havia recebido era exemplar, graças às regras estabelecidas por seu principal tutor, José Bonifácio de Andrade e Silva. Este, justificando a confiança de d. Pedro I, cumpriu seu papel com perfeição. Ele mesmo ensinou matemática e ciências ao seu pupilo e escolheu homens talentosos para substituí-lo em outros campos. Assim, Luís Aleixo Boulanger era professor de caligrafia, leitura, geografia e história. O padre Renato Pedro Boiret, que havia ensinado francês a d. Pedro I quando era apenas o príncipe herdeiro de d. João VI, fez o mesmo com d. Pedro II. As artes não foram esquecidas, uma vez que Simplício Rodrigues iniciou o jovem monarca ao desenho, Fortunato Mazzioti à música e Lourenço Lacombe à dança. Lacombe era oficialmente “mestre de dança” do imperador, fazendo-o sentir como se estivesse em Versalhes.

Os professores de origem francesa estavam em alta nessa equipe educacional e inculcaram no adolescente o gosto pela língua, pela literatura e pela cultura francesas. Eles também despertaram nele um interesse genuíno pela Revolução de 1789 e pelos princípios humanistas que ela havia transmitido. Esse período da História fascinava o aluno que, particularmente com Boulanger, revivia na doçura pacífica do parque da Quinta da Boa Vista os eventos trágicos ou gloriosos cujas consequências sua família, os Bragança de Portugal, havia parcialmente sofrido. Primo-irmão do duque

de Reichstadt, d. Pedro II também sentia, como muitos rapazes entrando na idade adulta entre 1830 e 1840, certo fascínio por Napoleão, de quem ficou ainda mais próximo após o segundo casamento de seu pai com d. Amélia de Leuchtenberg. O fascínio romanesco estava muito mais ligado ao personagem e ao seu trágico destino que à memória – que naquela idade não poderia ter – das centenas de milhares de mortos deixados nos campos de batalha da Europa pela epopeia napoleônica.

A educação e a formação intelectual do jovem imperador não foram, pelo menos aparentemente, prejudicadas pela crise de 1833, quando José Bonifácio foi destituído de suas funções de tutor imperial. Esse homem, apelidado de “Patriarca da Independência”, era muito inteligente, um cientista de primeira ordem e um político de grande envergadura, mas a consciência que ele tinha de sua superioridade sobre a de seus contemporâneos o tornava detestável. Sua vaidade e agressividade, como se sabe, já haviam arruinado suas relações com d. Pedro I – antes da reconciliação *in extremis* em 1831 – e com o ministro da Justiça da Primeira Regência, o padre Feijó. Os dois homens se odiavam, e o ódio de Feijó foi herdado por seu sucessor na Justiça, Aureliano Coutinho, que, em 1833, destituiu José Bonifácio de suas funções e se gabou aos seus amigos com estas palavras inequívocas: “Derrubamos o Colosso!”. Qual teria sido o motivo dessa demissão brutal, que a vítima considerou abusiva? Foi a suspeita que se tinha sobre sua lealdade à regência. Ele era suspeito, na verdade, de colaborar com as revoltas locais que envenenavam e ameaçavam o Brasil para, ao insistir na incapacidade do governo de controlar os eventos, favorecer o retorno da Águia, ou seja, a restauração de d. Pedro I!

Claro, José Bonifácio não cedeu. Ele negou, incriminou seus acusadores, resistiu como um louco em todas as tentativas de expulsão do palácio, onde estava incrustado como uma ostra. Só saiu de lá em 1834, com um mandado de prisão executado à força. O homem então se retirou da política e se trancou em sua própria ilha de Elba: a ilha de Paquetá, na

baía de Guanabara. Acabou sendo também sua Santa Helena, sua última morada, pois ficou gravemente doente em 1838 e foi levado às pressas para a cidade vizinha de Niterói, onde morreu.

Esse caso tenebroso foi uma forma de a classe política brasileira livrar-se de um encrenqueiro, de quem se temia, a longo prazo, ser má influência sobre o jovem d. Pedro II. No entanto, a trama para restaurar d. Pedro I parece ter sido apenas um pretexto falacioso. Aliás, se José Bonifácio visasse realmente à restauração do ex-imperador, a regência deveria ter eliminado com ele todos os próximos ao ex-monarca.

O novo tutor escolhido para o jovem imperador foi o coronel Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, amigo de d. Pedro I, que o tinha escolhido para carregar a bandeira imperial durante a coroação de 1822 e que havia sido promovido a marquês por sua lealdade à dinastia.

Em 1839, isso já era passado. José Bonifácio e d. Pedro I estavam mortos, e d. Pedro II aguardava bem-comportado no palácio de São Cristóvão.

Muitas delegações de senadores e deputados foram, então, ver quem era esse jovem monarca. O belo rapaz, loiro e alto, causou uma excelente impressão nos parlamentares, que eram morenos e rechonchudos. Além disso, era bem-apeσοado, o que já é muito para um chefe de Estado, e dono de uma distinção inata, mas de conversa um pouco limitada para um jovem de temperamento tímido, criado na solidão de seu palácio. O marquês de Itanhaém só tinha elogios para seu pupilo, descrevendo-o aos senhores como intelectual e sábio. O que era verdade: curioso a respeito de tudo, um verdadeiro homem do século XIX sob esse ponto de vista, d. Pedro havia se formado com professores talentosos que o cercavam desde 1831. Seus mestres foram frequentemente forçados a aprofundar seus próprios conhecimentos, porque o aluno fazia perguntas sobre qualquer assunto, sem se contentar com respostas superficiais ou dilatórias. Situação que muitas vezes os constringia,

pois, se é normal os professores se irritarem com um aluno taciturno, eles também ficam particularmente irritados com quem lhes faz muitas perguntas. D. Pedro deve tê-los irritado com frequência, mas ficaram quietos. Afinal, o novato também era descendente dos reis Carlos V e Luís XIV¹³.

D. Pedro II puxara a curiosidade intelectual da mãe, d. Leopoldina, a quem obviamente não conheceu muito, uma vez que ela morreu um ano após seu nascimento, mas que era descrita como alguém que “tinha uma forte inclinação pelo estudo, falava várias línguas e era apaixonada por ciências naturais¹⁴”. A infeliz imperatriz compensava uma vida conjugal desastrosa com um marido brutal e pouco atencioso devorando os livros de história, de geografia, de viagens e colecionando minerais e todas as plantas exóticas que lhe traziam oficiais da Marinha, muitas vezes franceses, uma vez que era a irmã favorita da ex-imperatriz francesa Maria Luísa. Além disso, ela tocava piano maravilhosamente e desenhava com perfeição. O jovem imperador seguiu seus passos, expandindo ainda mais seus conhecimentos em campos tão variados como medicina, astronomia, mecânica, etnologia ou arqueologia. Pesquisador nato, sempre ia até o fim de sua curiosidade e suas paixões.

Assim, a fotografia o entusiasmou desde a invenção do daguerreótipo, em 1839, e com a leitura cuidadosa que fez da comunicação da Academia de Ciências de Paris sobre esse assunto. No ano seguinte, sabendo que um navio-escola da francesa iria ancorar na baía de Guanabara e que o capelão da embarcação, padre Louis Comte, propunha fazer aos cariocas uma apresentação do daguerreótipo, d. Pedro, para assisti-la, deixou o palácio imperial de São Cristóvão incógnito e ficou entusiasmado com a experiência.

D. Pedro comprou imediatamente um dispositivo e começou a fotografar as pessoas próximas, as paisagens, os monumentos e tudo que chamava sua atenção e parecia digno de ser memorizado. No final de seu reinado,

havia acumulado um acervo de 25 mil fotografias, que, após sua morte, foram doadas à Biblioteca Nacional do Brasil. Essa fabulosa coleção, que a Unesco hoje reconhece como “memória do mundo”, foi enriquecida com as obras produzidas pelos fotógrafos mais talentosos da época, de quem o imperador era patrocinador e a quem nunca deixou de pedir conselhos técnicos para melhorar seu próprio trabalho. Como nunca fazia as coisas pela metade, Pedro ajudou financeiramente os fotógrafos brasileiros e até criou para eles o título de “fotógrafo da Casa Imperial”¹⁵.

Após conversas e debates, os parlamentares concordaram que d. Pedro II já estava em condição de reinar. Aos catorze anos e meio? Era uma decisão ousada. Foi, aliás, ele mesmo que, ao conversar com os delegados enviados em 22 de julho de 1840, disse-lhes, timidamente, que só atingiria seus quinze anos no próximo dia 2 de dezembro. Isso não mudava o problema constitucional, uma vez que a maioria imperial era fixada em dezoito anos, que ocorreria apenas em 1843, mas já era um avanço. Os parlamentares admitiram que catorze anos e meio era muito pouco para reinar, que quinze anos seria melhor, mas ainda assim demoraria demais, pois, em um país em ebulição, cinco meses de espera era muito tempo. Então, imediatamente seria melhor para todos, em especial para um príncipe erudito e para uma classe política sem herdeiros. D. Pedro, com um sussurro, respondeu: “Sim”.

Porém havia um problema: seria necessário mudar a Constituição, e o tempo estava se esgotando. Optou-se, portanto, por uma votação parlamentar simples, mais rápida e, acima de tudo, menos arriscada que os debates constitucionais, que sempre tendem a se afundar em polêmicas estéreis. No dia seguinte à recepção da delegação parlamentar e à aceitação de d. Pedro, em 23 de julho de 1840, por iniciativa do Partido Liberal, as duas câmaras, sem oposição, votaram a declaração de maioria do monarca.

Assim, nesse dia, d. Pedro II se tornou Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. No entanto, a Constituição deixou-se violar levemente.

De qualquer forma, o povo exultou e expressou sua alegria cantando e dançando nas ruas do Rio de Janeiro. É compreensível, pois um jovem e bonito rapaz no trono era bem mais agradável do que os velhotes da Câmara e, mais ainda, do Senado. Juventude é esperança!

N O T A S

1. Pierre Chaunu, *Histoire de l'Amérique latine* [História da América Latina – sem edição em português].
2. Philippe du Puy de Clinchamps, *Les grandes dynasties* [As grandes dinastias – sem edição em português].
3. Gillette Saurat, *Bolívar le Libertador* [ver nota 1, cap. 1].
4. Memórias publicadas pelas Edições Henri Javal, 1959, volume III, nota de 30 de abril de 1836.
5. Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. [Ver nota 18, cap. 2. Para a edição brasileira, foi usado Carlos Sarthou, *Relíquias da cidade do Rio de Janeiro*.]
6. Pierre Chaunu, op. cit. Deve-se lembrar que a década de 1830 protagonizou o desmembramento, na América espanhola, das grandes unidades territoriais formadas após a independência. Assim, quase ao mesmo tempo, a Federação dos Andes se dividiu em cinco estados: Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela e Equador, bem como a Confederação da América Central deu lugar a Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.
7. Georges Raeders, *Le Comte de Gobineau au Brésil* [O conde de Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1997].
8. O título *presidente* mais tarde seria substituído por *governador*, em 1947, para evitar uma confusão com o presidente da República. Porém, *governador* também foi utilizado entre 1821 a 1824, com os *governadores de capitania*. De 1824 a 1889, o título passou a ser *presidente de província*; de 1889 a 1930, *presidente de estado*; e de 1930 a 1947, *interventor federal*. [N. T.]
9. Era maçom iniciado na Loja Inteligência Porto Feliz, a primeira loja maçônica de São Paulo. [N. R.]
10. Sobre esse episódio da epopeia garibaldiana, ver o livro do autor: *Garibaldi, l'aventurier de la liberté* [Garibaldi, o aventureiro da liberdade – sem edição em português].
11. A capital oficial do Rio Grande do Sul era, como ainda é, Porto Alegre [Piratini, pequeno município a 300 km de Porto Alegre, foi escolhido pelos Farrapos para ser

- a base de operações da Revolução graças a sua posição estratégica e, posteriormente, a nova capital da República do Rio-Grandense ou República de Piratini – N. E.].
12. Levou este nome por ter sido proclamada em julho. [N. E.]
 13. D. Pedro II descendia de Carlos V pelos Habsburgo-Lorena e de Luís XIV pelos Bourbon da Espanha.
 14. Denyse Dalbian, *Léopoldine, première impératrice du Brésil*. [Ver nota 3, cap. 2.]
 15. Rodrigo Cunha, *Acervo de fotos inéditas de d. Pedro II “vem à luz”*. A coleção inestimável do imperador é chamada de *Coleção Imperatriz Tereza Cristina*, um tributo do monarca à sua esposa, que morreu poucas semanas após os trágicos eventos de novembro de 1889. Não é de admirar que a paixão de D. Pedro II pela fotografia o torne hoje, aos olhos de alguns, o inventor da “selfie” no Brasil. Na verdade, por volta de 1860, o imperador fotografou a si próprio colocando um daguerreótipo em um móvel no palácio imperial de São Cristóvão e acionando o obturador por um engenhoso sistema de cordas. Ver mais em: <http://www.facebook.com/PedroIIBrasil/posts>.